

**HABEAS CORPUS Nº 563.698 - GO (2020/0047265-5)**

**RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ**  
**IMPETRANTE : KLAITON PAULA DE OLIVEIRA**  
**ADVOGADO : KLAITON PAULA DE OLIVEIRA - GO052319**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS**  
**PACIENTE : JOSE FERNANDES DO NASCIMENTO (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS**

**EMENTA**

*HABEAS CORPUS*. ROUBO CIRCUNSTANCIADO E RESISTÊNCIA. PRISÃO PREVENTIVA. EXPEDIÇÃO DE ALVARÁ DE SOLTURA PELO JUÍZO DE PRIMEIRO GRAU. PEDIDO PREJUDICADO.

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de JOSE FERNANDES DO NASCIMENTO contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Goiás no *Habeas Corpus* n.º 5008898-90.2020.8.09.0000.

Consta dos autos que o Paciente foi preso em flagrante, em 28/08/2019, pela suposta prática dos crimes previstos nos arts. 157, § 2.º, incisos II e V, e § 2.º-A, inciso I, 180, *caput*, e 311, *caput*, na forma do art. 69, todos do Código Penal. A prisão foi convertida em preventiva pelo Juízo de primeira instância, o qual negou posterior pedido de revogação da custódia cautelar.

Diante disso, a Defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, que denegou a ordem (fls. 26-34).

Neste *writ*, sustenta o Impetrante que não houve fundamentação idônea para a manutenção da prisão cautelar do Paciente, não estando mais presentes os seus requisitos autorizadores.

Aduz que "*o paciente está seriamente sofrendo com problemas de saúde conforme se extrai das provas materiais juntadas (relatório médico), no qual encontra-se com síndrome do pânico e com trauma sobre a coluna lombar com perda de força no membro inferior esquerdo (laudo médico em anexo), sofrendo com dores incessantes, vindo a praticamente permanecer acamado em recinto totalmente desapropriado, fato este desumano*" (fls. 14-15).

Sustenta, ainda, que há excesso de prazo na formação da culpa.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva do Paciente, com expedição de alvará de soltura em favor do Paciente.

O pedido liminar foi indeferido às fls. 135-137.

Foram prestadas informações às fls. 145-203.

O Ministério Público Federal manifestou-se às fls. 205-212, opinando pelo não conhecimento do *habeas corpus*.

É o relatório. Decido.

Em consulta ao endereço eletrônico do Tribunal de origem, constatei que foi expedido alvará de soltura em favor do Paciente, em 18/03/2020, pelo Juízo de primeira instância.

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, inciso XX, do RISTJ, **JULGO PREJUDICADO** o pedido de *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de abril de 2020.

MINISTRA LAURITA VAZ  
Relatora